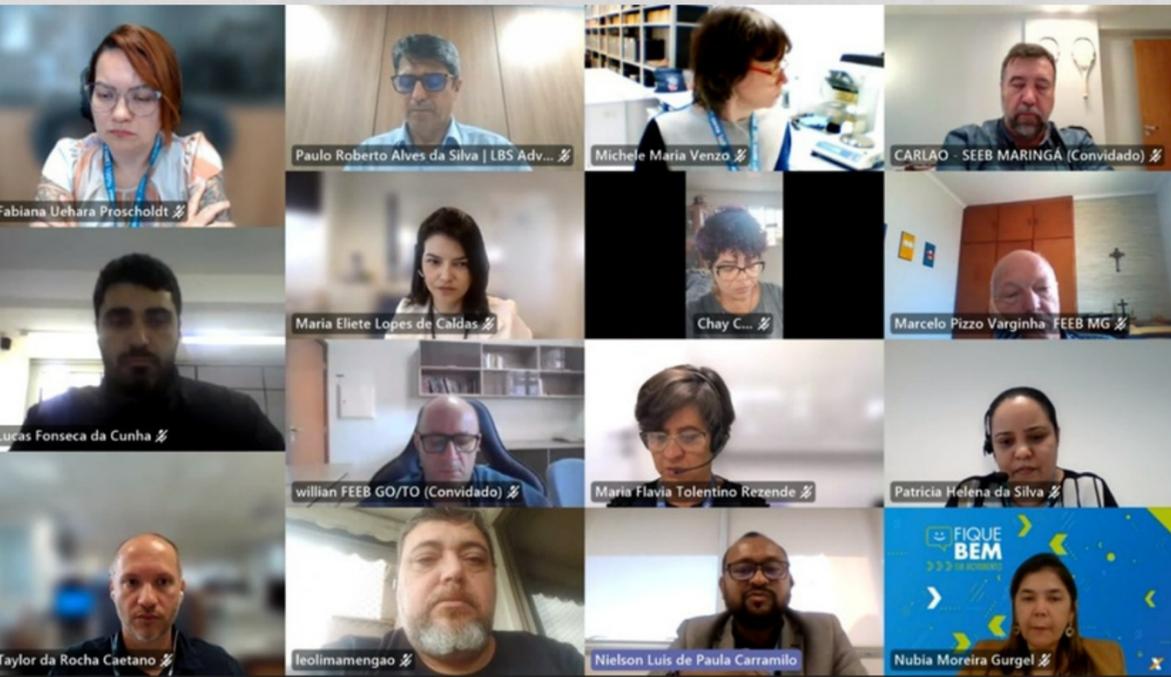


Impactos financeiros ainda são entraves para fim da função por minuto na Caixa



Representantes da Caixa Econômica Federal e dos empregados se reuniram na tarde desta quinta-feira (18) para tratar de questões específicas dos trabalhadores que exercem as funções de caixas, tesoureiros e avaliadores de penhor. O banco está analisando o fim da designação das funções por minuto, um dos pontos fundamentais do debate. Entre outros temas, a reunião discutiu as gavetas de numerários dos caixas, a substituição das leitoras de códigos de barras por scanners, jornada de trabalho dos tesoureiros, demandas dos avaliadores de penhor e mobiliário para PCDs. A Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa avaliou que a reunião foi boa, pois o banco tem se mostrado mais aberto ao debate e já atendeu algumas das demandas apresentadas. Além disso, a Caixa está analisando o fim da função por minuto. Porém, como ainda não foi apresentada solução para essa demanda, é muito importante que os empregados se mantenham mobilizados.

CAIXA VAI NEGOCIAR PQV

Combate ao assédio é desafio para humanizar as relações de trabalho no país



O assédio moral no local de trabalho é um fenômeno antigo. Realidade de grande parte dos ambientes corporativos, é um assunto mais presente nos espaços acadêmicos, jurídicos e sindicais. Apesar de viver as situações de abusos de forma recorrente, o debate sobre este tema é quase inexistente nas camadas mais populares da classe trabalhadora. A falta de ferramentas de combate, canais de denúncias e conscientização sobre práticas de assédio contribuiu para a criação de uma realidade de subnotificação de casos no Brasil. Margarida Barreto, professora e pesquisadora, que foi pioneira nos estudos sobre assédio moral e sexual no Brasil, conceitua que a prática consiste na "exposição dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções, sendo mais comuns em relações hierárquicas autoritárias e assimétricas, com o objetivo de forçar o empregado a desistir do emprego".

Curso reforça necessidade de tributos para oferecer serviços à sociedade



Dirigentes de 52 sindicatos das 11 federações que compõem o Comando Nacional dos Bancários participaram, no dia 10/05, do Módulo I do Curso de Formação sobre Reforma Tributária promovido pela Secretaria de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), em parceria com o Instituto Justiça Fiscal (IJF). O curso é dividido em dois módulos. Neste primeiro, foram passados os conceitos gerais e os aspectos históricos, políticos e sociais do sistema tributário, além de mostrar o papel da tributação e alguns mecanismos utilizados por um segmento social para o não pagamento de impostos e taxas. Os sindicatos do Pactu foram representados por Elias Soares, de Umuarama, José Renê Stavinski, de Guarapuava e Mislene Vitória da Silva Dias, de Toledo.

Empregados vão debater problemas do Saúde Caixa



O Comando Nacional dos Bancários, que é formado por representantes de sindicatos e federações da categoria de quase todo o país, por meio da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa Econômica Federal e do Grupo de Trabalho do Saúde Caixa, vai realizar um seminário nacional para debater os principais problemas que afetam o dia a dia do pessoal da Caixa, com prioridade para o debate sobre o plano de saúde das empregadas e empregados do banco. A orientação é para que as entidades sindicais realizem o debate com suas bases e promovam seminários locais e regionais para que as propostas sejam aprofundadas no seminário nacional. A remoção do estatuto da Caixa do teto que o banco pode ter com plano de saúde dos empregados, a necessidade de descentralização da gestão do Saúde Caixa para melhoria no atendimento e ampliação dos credenciamentos de profissionais da saúde e hospitais, o retorno das estruturas da diretoria de Gestão de Pessoas (Gipes) nos estados e a revisão da forma de cobrança de mensalidades e coparticipação devido a erros de sistema do banco estão entre os principais pontos a serem discutidos.

Centrais sindicais criticam suspensão de concursos públicos em nova regra fiscal



A Câmara dos Deputados aprovou no dia 17/05, a urgência da votação do Projeto de Lei Complementar 93/2023, o novo arcabouço fiscal, que cria novas regras para garantir a estabilidade macroeconômica do país e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico. Foram 367 votos a favor e 102 contra. A proposta do governo previa que se a meta de arrecadação e gastos não fosse alcançada ficariam de fora da contenção o salário mínimo e o Bolsa Família, que poderiam ser reajustados acima da inflação, mas o relator do PL, deixou de fora apenas a reposição do salário mínimo, tirando o programa de transferência de renda, e incluiu ainda novas travas. Uma das travas é a que impede a realização de novos concursos públicos, o que para a CUT e mais cinco centrais sindicais é inconcebível por negar direitos aos trabalhadores e às trabalhadoras em serviços públicos, além de ser injusta com toda a sociedade, que irá sofrer as consequências da redução de investimentos em serviços públicos essenciais.

17 de maio foi dia de comemorar legado e ampliar combate à LGBTQIA+Fobia



No dia 17 de maio, o mundo celebrou o Dia Internacional Contra a Homofobia e a Transfobia. A data foi escolhida em alusão a uma decisão da Organização Mundial da Saúde (OMS) que, em 1990, excluiu a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde. Desde então, o 17 de maio virou símbolo da luta por direitos humanos e pela diversidade sexual, contra a violência e o preconceito. A data foi criada em meio a um cenário em que atitudes homofóbicas e transfóbicas ainda estavam profundamente arraigadas globalmente, expondo lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans e intersex (LGBTQIA+) de todas as idades a violações aos direitos humanos. E, infelizmente, essa ainda é a realidade. Um dos objetivos da data é promover ações de combate ao preconceito e à discriminação contra as diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, além da conscientização sobre a importância do combate da LGBTQIA+fobia.

Relançada a Frente Parlamentar Mista em defesa dos Bancos Públicos



e de outras entidades sindicais do ramo financeiro. A Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Bancos Públicos é uma iniciativa da deputada Erika Kokay (PT-DF), mas é composta por deputados e senadores de diferentes partidos que entendem a importância e se propõem a articular estratégias para defender os bancos públicos de ataques dentro do Congresso Nacional. A parlamentar destacou, em diversos momentos, que “defender os bancos públicos é defender a soberania e o desenvolvimento do Brasil” e lembrou que os bancos públicos são instrumentos estratégicos para dinamizar a economia, a partir da concessão de crédito mais barato aos setores nos quais os bancos privados não têm interesse em atuar ou, quando atuam, com crédito a juros altos, drenando, desta forma, os recursos de famílias e empreendedores.

Entidades associativas e sindicais participaram, no dia 16/05, da recriação da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Bancos Públicos e do lançamento da Agenda Legislativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae)

LEIA MAIS:

CENTRAIS SINDICAIS PEDEM A REJEIÇÃO A PROJETO QUE RETIRA RECURSOS DO SESC E SENAC

GOVERNO ESTUDA DEVOLVER DINHEIRO DE IMPOSTO NAS COMPRAS FEITAS POR CONSUMIDORES

Setor bancário apresenta saldo negativo de emprego pelo sexto mês consecutivo



O Setor Bancário eliminou postos de trabalho pelo sexto mês consecutivo. Apenas no mês de março de 2023 foram extintas 1.474 vagas – o maior número desde novembro de 2020, quando mais de 2 mil vagas foram fechadas em consequência da pandemia de Covid-19. Os dados são de levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), com base no Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). No primeiro trimestre de 2023, os bancos eliminaram 2.662 vagas na categoria. No mesmo período do ano passado, ocorreu a abertura de 3.160 vagas.